

ENTREVISTA

VICENTE BRAGA, PRESIDENTE DA ANAPE

Prerrogativas dos servidores públicos são garantias para a população

No dia 26 de abril, o presidente da Anape, Vicente Braga, participou da primeira audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, para debater a proposta de Reforma Administrativa ([PEC 32/20](#)).

Na oportunidade, Vicente Braga apontou inconstitucionalidades na proposta apresentada pelo Executivo, a começar pelo fim de estabilidade para o funcionalismo público, assim como a obrigação de exclusividade e a criação de cargos de experiência.

Nessa entrevista, o presidente pontua algumas das inconsistências da proposta, levadas ao debate na CCJ. Segundo ele, sob os argumentos de modernização da Administração Pública e economia para os cofres públicos, a Reforma Administrativa, em análise na CCJ, desconsidera prerrogativas dos servidores públicos. Servidores que, por princípio, trabalham em defesa dos direitos da população brasileira.

APENews - Na audiência pública realizada na CCJ, o senhor afirmou que os servidores públicos em atividade serão alcançados pelo fim da estabilidade. Mas, segundo o texto em análise, a estabilidade desses servidores não estaria garantida?

Vicente Braga - Temos que desmitificar esse ponto. A PEC 32/20 atinge, sim, os servidores atuais, ocupantes de cargos públicos agora. Basta considerar a proposta de dedicação exclusiva, que está prevista na redação original da PEC. Ela atinge frontalmente todos os servidores públicos de carreiras típicas do Estado. Precisamos, sim, adotar medidas que garantam maior eficiência do serviço público nacional, mas sem violar as regras básicas da Constituição. Esse é o nosso objetivo: enriquecer o texto da PEC apresentado pelo governo federal, contribuindo para a criação de mecanismos de prevenção e de correção de distorções para punir desvios de conduta por parte de qualquer servidor, sem ferir prerrogativas inerentes aos cargos.

AP - A desatualização profissional e a baixa qualidade dos serviços são argumentos usados para o fim da estabilidade. Como o senhor avalia essas críticas?

VB - Do mesmo modo que estimulamos o servidor público a estudar muito na realização do concurso público, devemos incentivá-lo para que se mantenha atualizado durante o exercício das suas contribuições, durante os seus 35 anos de serviço público, por exemplo. Não podemos deixar, realmente, que ele adormeça sobre a cadeira, mas os gestores têm essa responsabilidade. Têm de exigir, correr atrás, incentivar a especialização, a modernização. E não simplesmente acabar com a estabilidade. Um bom caminho é o fortalecimento dos órgãos de controle, dos órgãos de fiscalização, como uma CGU, para que os servidores sejam avaliados e possam desempenhar a sua função a contento. O cidadão que, eventualmente, for desrespeitado no serviço público, tem que saber a quem e como recorrer. Por isso, é tão essencial o investimento nos órgãos de Ouvidoria.

“Precisamos, sim, adotar medidas que garantam maior eficiência do serviço público nacional, mas sem violar as regras básicas da Constituição.”



Foto: Rogério Lima

AP - O senhor acredita que a sua voz e a das entidades representativas dos servidores públicos serão ouvidas? O senhor acredita que ainda é possível modificar a PEC 32/20, suprimindo pontos negativos para os servidores públicos e para o país?

VB - Com certeza. O Parlamento é o lugar para esse diálogo e agora é a hora. O primeiro passo está sendo dado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), com a abertura para o diálogo e a oportunidade de posicionamento de diversas entidades. Em seguida, na comissão especial, o momento será ainda mais importante porque o texto será analisado ponto a ponto no mérito. Lá, temos uma oportunidade real de análise da Administração Pública brasileira, baseada em dados, custos e efeitos negativos e positivos das medidas propostas. Estamos lutando por um amplo debate em todos os níveis do Parlamento para que tenhamos uma reforma justa, transparente, que objetive oferecer um serviço público cada vez melhor à sociedade.

AP - Como os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal podem atuar visando ao fortalecimento da posição da Anape em relação à Reforma Administrativa?

VB - Neste momento, o crucial para o funcionalismo público é a união de todas as categorias para que sejamos ouvidos, para que a reforma aconteça no Parlamento de forma transparente, sem atropelos. Precisamos derrubar os mitos constantemente reforçados contra os servidores públicos. Nós, Procuradores de Estado, advogados públicos estaduais, que estamos trabalhando diuturnamente para auxiliar os estados no combate à pandemia, precisamos seguir firmes. Nós evitamos, a cada dia, que maus gestores transformem esse contexto em janela de oportunidade para se locupletarem indevidamente. Precisamos mostrar o nosso trabalho, falar sobre isso, participar de audiências, eventos, fóruns. Assim como outros servidores públicos, a nossa função é estender a mão ao país, especialmente neste momento de tanta dificuldade. E temos feito isso com muita competência. A articulação das associações locais é fundamental neste momento. Precisamos da nossa capilaridade para fazer com que a nossa voz chegue a todos os cantos do país, mostrando os efeitos negativos que essa PEC pode causar à sociedade caso seja aprovada como está.

■ Para ler a entrevista, na íntegra, acesse o site da [Apeminas/Publicações/Entrevistas](#). Ou clique [aqui](#).

A Anape promove, nos dias 10 e 11 de maio, em formato online, o VIII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais (ENPF). Entre os assuntos estão a Reforma Tributária, questões relacionadas aos tributos estaduais e os desafios legislativos dos projetos da Execução Fiscal administrativa. As palestras serão transmitidas ao vivo pelo canal da Anape no Youtube.

O 1º vice-presidente da Anape, Ivan Ludovice Cunha, membro do Conselho Consultivo da Apeminas, participará do evento como Presidente de Mesa da Oficina 2, sobre "ITCMD: doações para o exterior e outros temas - o consequencialismo da vez", que será transmitida no dia 10 de maio, de 14h às 17h.

No segundo dia, 11 de maio, de 9h30 às 12h, a Procuradora do Estado de Minas Gerais, Daniela Victor Souza de Melo, mestre em Direito Tributário e doutoranda em Direito Tributário pela UFMG, participará da oficina 3 sobre "IPVA - Antigos e novos fatos", com a mediação da presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello.

Outros temas das palestras e oficinas serão: "A Atividade Legislativa com o IBS: a Reforma Tributária simplifica ou complica?"; "ICMS: entre efeitos do ativismo judicial e coerência legislativa"; "Atualidades da gestão e cobrança do crédito nas Procuradorias de Estado"; e "A atividade executiva na persecução do crédito: como vai a execução fiscal administrativa?".

Informações e inscrições, no site do ENPF. Siga este [link](#).

NOTA DE ELOGIO

TJMMG EXALTA PROCURADOR DO ESTADO



Foto: Twitter

O Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais emitiu Nota de Elogio ao Procurador do Estado de Minas Gerais, **Sandro Drumond Brandão**, que atua na chefia jurídica do TJMMG, pelo relevante serviço dedicado à instituição.

A Nota de Elogio foi aprovada pelo Tribunal Pleno em 13 de janeiro, e assinada pelo presidente do TJMMG, desembargador Fernando Armando Ribeiro, em 28 de abril. "Fica registrado elogio a Sandro Drumond Brandão, Procurador do Estado à disposição do Tribunal, pelo excelente trabalho e importante contribuição nos processos relacionados à execução orçamentária de 2020".

A Apeminas parabeniza Sandro Drumond Brandão pela excelência do trabalho realizado e pelo reconhecimento público, o que muito contribui para o engrandecimento de toda a classe.

ATENDIMENTO APEMINAS



A Apeminas, sediada em Belo Horizonte, tem seguido todas as recomendações de isolamento social dos governos estadual e municipal. Enquanto não houver flexibilização nas medidas de enfrentamento da Covid-19, a entidade manterá o atendimento por meios virtuais: WhatsApp (31) 9.9987.5331 e e-mail apeminas@apeminas.org.br. Tão logo seja possível retomar o atendimento presencial, informaremos por meio de nossas redes sociais.

CARTÓRIOS

SERVIÇOS PELA INTERNET



Atualmente, 93% dos atos cartoriais já estão disponíveis online, percentual que representa cerca de 150 serviços eletrônicos.

Esses serviços já podem ser solicitados ou realizados, virtualmente, como, por exemplo, cerimônia de casamento civil, emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito, autenticações de documentos, escrituras de compra e venda de imóveis, registros de propriedades, protestos de títulos, entre outros.

Muitos desses serviços digitais começaram a ser oferecidos há mais tempo, mas a pandemia de covid-19, que impôs o isolamento social, deu um grande impulso para esse salto tecnológico, há muito reivindicado pelos oficiais e tabeliães.

A plataforma única que integra todos os tabeliães de notas do país é o site www.e-notariado.org.br. Os cartórios de protesto oferecem serviços eletrônicos na plataforma www.pesquisaprotesto.com.br, como envio de títulos de cobrança, cancelamentos, pesquisas gratuitas de CPFs e CNPJs, intimação e requerimento de parcelamento de dívidas protestadas. (Com informações do *Jornal Estado de Minas*). Para ler a notícia completa, siga este [link](#).

GALERIA DIA DAS MÃES

Alguns Procuradores e Procuradoras aceitaram o convite da Apeminas e, nas últimas semanas, encaminharam mensagens e fotos com suas mães e filhos para a criação de uma Galeria, no site da entidade. O objetivo foi homenagear todas as mães, que são especialmente reverenciadas no segundo domingo de maio. As palavras e imagens compartilhadas mostram um pouco da alegria e da riqueza desses relacionamentos tão singulares.

Agradecemos a todos os que participaram da nossa campanha. Para ver a Galeria, basta acessar o site da Apeminas. Ou, então, clique [aqui!](#)



Newsletter

APE NEWS

Facebook > facebook.com/apeminasTwitter > twitter.com/apeminasInstagram > instagram.com/apeminasLinkedIn > linkedin.com/company/apeminasRua Espírito Santo 466 – Centro – CEP: 30160-916 – Belo Horizonte / MG
Tel: (31) 3261-3532 - acs.apeminas@gmail.com - www.apeminas.org.br

> Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica

> Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP

> Redação: Andrea Rocha

> Projeto Gráfico: Alice Crepaldi